

O presidente e as Forças Armadas

Almoço de confraternização do presidente da República com os oficiais-generais das Forças Armadas é normalmente ocasião para que o comandante-chefe transmita diretrizes a seus subordinados. O deste ano foi diferente. O presidente da República levou uma palavra de alento aos militares, acenando com uma redução gradativa das restrições orçamentárias, de modo a que as Forças readquiram sua capacidade operacional. Como véspera de Natal não é época para tocar em assuntos desagradáveis, o presidente referiu-se com palavras elogiosas ao preparo operacional das Forças Armadas, atribuindo-lhes uma capacidade de dissuasão que não condiz com a pobreza de meios a que foram reduzidas nos últimos anos e que atinge níveis críticos. A promessa de que dias melhores virão oxalá não tenha sido meramente protocolar e o presidente Fernando Henrique Cardoso possa, já a partir de 1996, reequipar as Forças Armadas e editar diretrizes que, constituindo-se em verdadeira política de defesa, permita que os três ramos armados façam o seu próprio planejamento e operem em convergência.

O presidente recomendou, ainda, que os militares fiquem atentos, informados e vigilantes para que esforços e energia não se desviem da tarefa de modernização do Brasil, que não mais pode perder um tempo que é vital. Boas palavras, ainda que para auditório errado. Os militares não têm muito como evitar as diva-

gações que protelam pontos essenciais do processo de modernização. Não são eles, mas sim seu comandante-chefe, que controlam ritmo e velocidade do processo de privatização. Muito menos eles podem, a não ser atropelando o regime democrático, urgir o Congresso a aprovar as reformas constitucionais e legais necessárias a colocar o Brasil mais próximo da cadência do mundo desenvolvido. A recomendação, portanto, soa retórica, visto não ser plausível, dada a experiência de vida do sr. Fernando Henrique Cardoso, que ele queira introduzir os militares como interlocutores, seus e do Congresso, no que se refere às reformas econômicas e políticas.

A retórica, de fato, é um problema. O hábito cuidadosamente cultivado pelos políticos de se dirigir aos militares em linguagem oblíqua, aparentemente cifrada para os paisanos, leva a situações estranhas. O presidente da República, no entanto, é o comandante-chefe das Forças Armadas. Pode dirigir-se a elas de forma direta, chamando as coisas pelos devidos nomes. Não precisa, assim, pôr panos quentes na incômoda situação por que passa a Força Aérea por conta do caso Sivam, sem referir-se ao Sivam ou à Força Aérea. Bastava dizer que sabe distinguir as pessoas que conceberam e



desenvolveram a primeira fase do projeto Sivam, algumas das quais podem eventualmente ter incorrido em falhas administrativas, da Força Aérea e do Ministério da Aeronáutica, como instituições. As formas diretas, até por permitir menos interpretações, geralmente são mais eficientes que as construções elípticas.

Tome-se, por exemplo, o que disse o ministro Zenildo Lucena no almoço de confraternização com os oficiais-generais do Exército. Disse ele, com todas as letras, e de forma a que todos entendessem, que a ação do governo está sendo emperrada por crises menores. Mais que isso: "Questões secundárias devem ser solucionadas nos níveis pertinentes e por quem de direito".

Educado que é, o ministro do Exército não disse que o presidente da República se deixa envolver, e acaba se perdendo, por questões menores da administração e da política. Disciplinado que é, o general Zenildo Lucena não disse que, ao agir assim, o presidente acaba por atribuir a cada episódio menor uma dimensão que objetivamente não tem. No entanto, arrumou as palavras de tal forma que é isso mesmo, e só isso, que se entende de seu discurso, que em momento algum ultrapassou os limites da conveniência ou trans-

grediu as fronteiras do sadio relacionamento civil-militar. Era o ministro, investido em cargo de natureza política, que falava a seus auxiliares técnicos para que fosse ouvido na Praça dos Três Poderes.

O presidente da República, falando dois dias depois de seu ministro do Exército, tentou apaziguar a Força Aérea sem se referir a ela ou aos motivos que o levavam a fazer o reparo. Permitiu-se o requinte depois

**Há nítida
diferença de tom
nas falas do
presidente, sexta,
e do ministro do
Exército, quarta**

que o general Zenildo Lucena fez uma conclamação geral — "é tempo de pensar com grandeza e agir com racionalidade" — e dera um conselho — "o momento é de facultar ao governo e ao Congresso o espaço e a tranqüilidade imprescindíveis à implementação das mudanças necessárias e inadiáveis". O mal-estar reinante entre a alta oficialidade da Aeronáutica dificilmente se dissipará com o que disse o presidente Fernando Henrique Cardoso. Já os políticos e os demais protagonistas destas pequenas crises que paralisam o País desde antes da longa viagem do presidente ao Exterior, estes sim darão ouvidos ao ministro do Exército.